



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS

Comando do Pessoal

EXEMPLAR N.º

AGE.263

NORMA DE EXECUÇÃO PERMANENTE

TÍTULO: Administração da Justiça e Disciplina

ASSUNTO: AVERBAMENTOS

1. FINALIDADE

Definir os procedimentos, execução e tramitação administrativa relativamente ao averbamento de Condecorações, Louvores, Cursos e outras qualificações, nos documentos de matrícula dos Militares e Civis do Exército e cuja autorização seja da competência da Direcção de Justiça e Disciplina (DJD).

2. ÂMBITO

a. Esta Norma de Execução Permanente (NEP) aplica-se no âmbito da "AUTORIDADE TÉCNICA" do AGE, originada nas estrutura competente do Comando de Pessoal (Cmd Pess) (ver Artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 74/2007 de 2 de Julho, Capítulo II). Decorre da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 61/2006, de 21 Março, que estabelece que o Comando de Pessoal é órgão central de administração e direcção (OCAD), cabendo-lhe assegurar a superintendência e a execução em áreas ou actividades específicas essenciais.

b. A presente norma é aplicável:

- (1) Aos militares e civis no activo que, tenham sido louvados ou condecorados e venham a requerer o respectivo averbamento;
- (2) Aos militares e civis no activo que, tenham frequentado com aproveitamento cursos, estágios e outras qualificações civis ou militares e venham a requerer o respectivo averbamento;
- (3) Às Secções de Pessoal ou órgão equivalente das U/E/O do Exército, responsáveis pelo arquivo, inserção e ou averbamento das diversas matérias nos respectivos documentos de matrícula.

c. A presente NEP revoga a Circular n.º 03/2000, de 19 de Junho, da DJD.

3. EXECUÇÃO

a. O Regulamento para Elaboração dos Documentos de Matrícula no Exército (REDME), aprovado por Despacho de 29Mar06 de Sua Excelência o GEN CEME, assegura um ordenamento uniforme, capaz de responder às necessidades contemporâneas e às exigências do futuro, em consequência da necessidade de revisão dos anteriores Regulamentos de Escrituração dos Documentos de Matrícula, resultando essencialmente de:

- (1) Transformação do Exército;
- (2) Modificações ocorridas no ordenamento jurídico militar (LSM; RLSM; EMFAR e RAMME);
- (3) Integração de novos mecanismos operativos adoptados na actividade administrativa, nomeadamente a implementação do programa RHW – Folha de Matrícula.

Entidade responsável DJD	Alteração n.º / data ORIGINAL / Dec08	Classificação RESERVADO
-----------------------------	--	----------------------------

AGE.263	AVERBAMENTOS	PAG 2/4
---------	--------------	---------

- (4) Simplificação e desburocratização nos procedimentos tendentes a uma eficiente racionalização dos recursos humanos e materiais, com o objectivo de alcançar melhores desempenhos e otimizar os meios disponíveis.
- b. O averbamento de louvores individuais/colectivos, condecorações colectivas, condecorações estrangeiras e cursos civis tem sido processado, por vezes, de forma menos correcta, contrariando normas e determinações em vigor.
- c. A autorização para os averbamentos e registos referidos na alínea anterior são da competência da Direcção de Justiça e Disciplina.
- d. Louvores

(1) Louvores Individuais:

O averbamento dos louvores deve ser feito nas condições expressas no ponto 5 do Artigo 51.º do REDME, indicando a seguir à palavra "Louvado", **a patente e a função de quem o concedeu**.

Ex.: "Louvado pelo Ex.^{mo} Major-General, Director da"

É indispensável, para aproveitamento dos louvores para determinadas condecorações, constar não só **o posto do louvado, como a função desempenhada**. Quando os louvores tiverem sido averbados sem observância destas circunstâncias, devem ser completados na casa "Ressalvas". Igualmente, este averbamento deve indicar, no final, a **Ordem que os concedeu**.

Ex.: (O.E. n.º ..., 2ª série, de 15JUN91) ou (O.S. n.º ... do RI ... de 20JUN91).

Quando o louvor tiver sido publicado em O.E., deve averbar-se o número e a data desta, nada contra-indicando que se cite também a OS da U/E/O que o transcreveu.

(2) Louvores Colectivos:

(a) Não podem ser averbados louvores colectivos sem que neles sejam citados os nomes dos militares.

(b) **Devem ser anulados** os louvores colectivos averbados nas Folhas de Matrícula, que não obedeçam à alínea a) do n.º 3 do Artigo 155.º do RDM, por não conterem o nome dos interessados.

(3) Louvores, citações ou referências elogiosas atribuídas a militares portugueses em missões no estrangeiro:

Os militares, a quem seja concedidos louvores, citações ou referências elogiosas, por parte de entidades civis e ou militares estrangeiras, deverão enviar à DJD/Cmd Pess o respectivo louvor a fim de ser remetido à entidade competente para tradução oficial, acompanhado simultaneamente do respectivo requerimento de averbamento/junção a Sua Excelência o General CEME.

(4) Em conformidade com o prescrito no REDME, **deverão ser efectuadas as devidas correcções** pelas U/E/O detentoras dos respectivos documentos de matrícula.

e. Condecorações

(1) Ordem Militar de Avis – Título de Membro Honorário:

Não existe qualquer cobertura legal para este averbamento, pois os "membros honorários são os cidadãos estrangeiros e as unidades e estabelecimentos militares, os corpos militarizados, as localidades, colectividades ou instituições pertencentes a uma Ordem Honorífica".

Entidade responsável DJD	Alteração n.º / data ORIGINAL / Dec08	Classificação RESERVADO
-----------------------------	--	----------------------------

AGE.263	AVERBAMENTOS	PAG 3/4
---------	--------------	---------

Não pode, pois, escriturar-se que um militar condecorado com o título de "Membro Honorário da Ordem Militar de Avis", só pelo facto de ter pertencido (ou pertencer) a uma U/E/O agraciada com este título.

Refira-se ainda que **não existe** nenhum distintivo individual para este título.

(2) Medalha de Ouro de Serviços Distintos – averbamento da condecoração colectiva e uso de distintivo especial:

Quando uma U/E/O for distinguida com a "Medalha de Ouro de Serviços Distintos", poderá o interessado requerer o respectivo registo na sua folha de matrícula, em conformidade com o prescrito no Artigo 40º do RMMMCA.

Caso seja autorizado, deverá ficar registado que o militar "integrou a (U/E/O) que foi condecorada com a medalha de ouro de serviços distintos".

Não tem existência legal o uso de qualquer distintivo individual/especial.

(3) Condecorações Estrangeiras:

(a) Sempre que um militar for agraciado com uma condecoração estrangeira, deverá, ao abrigo do Artigo 13.º do Regulamento das Ordens Honoríficas Portuguesas (Decreto-Lei n.º 71-A/86, de 15 de Dezembro), de solicitar autorização para a aceitar e usar, mediante requerimento a Sua Excelência o Primeiro-Ministro. A autorização para aceitar uma condecoração estrangeira será publicada em Diário da República, 2 série e, posteriormente, transcrita em Ordem do Exército.

(b) Assim, o seu averbamento terá lugar somente após a publicação da transcrição referida na alínea anterior.

f. Cursos e Estágios

(1) Podem ser averbadas qualificações específicas com interesse militar (curso de pára-quedismo civil, curso de mergulho, etc.), mediante requerimento do interessado a Sua Excelência o General CEME e remetido ao Comando do Pessoal.

(2) Podem ser averbadas qualificações civis desde que com duração igual ou superior a 40 dias de formação/instrução mediante requerimento do interessado a Sua Excelência o General CEME e remetido ao Comando do Pessoal.

(3) As habilitações referidas deverão ser comprovadas mediante Certificado ou Diploma passado pelo respectivo estabelecimento (onde conste obrigatoriamente o número de dias do Curso/Formação, ou as datas de início e fim do mesmo; ou cópia autenticada), que deverá acompanhar o respectivo requerimento.

(4) Os Cursos e Estágios frequentados com interesse para o Exército, independentemente da sua duração, quer militares ou civis, desde que os militares tenham sido nomeados para os frequentar, serão de objecto de despacho favorável o respectivo averbamento nos documentos de matrícula e autorizado o correspondente uso da respectiva insígnia, caso exista.

(5) O uso de insígnias e brevet correspondentes a Cursos e Estágios nacionais ou estrangeiros deverá obedecer ao prescrito no Regulamento de Uniformes do Exército, bem como a directivas superiores difundidas sobre o seu uso em uniformes.

(6) Os Diplomas/Brevet que não tenham sido obtidos por frequência deverão ser inscritos na casa "Ocorrências Extraordinárias", referindo-se especificamente o título honorífico da concessão.

Entidade responsável DJD	Alteração n.º / data ORIGINAL / Dec08	Classificação RESERVADO
-----------------------------	--	----------------------------

- g. O arquivo, inserção e ou averbamento nos documentos de matrícula compete à Secção de Pessoal ou órgão equivalente das respectivas U/E/O, sob a supervisão do respectivo Cmdt/Dir/Ch.
- h. Considerando as instruções emanadas na presente Norma e demais regulamentação em vigor, deverão as U/E/O detentoras dos documentos de matrícula do efectivo do Exército efectuar as devidas correcções nos processos individuais que apresentem irregularidades.
- i. A actualização dos documentos de matrícula dos militares e civis do Exército deverá ser uma preocupação permanente da gestão do pessoal nas U/E/O, a fim de permitir, sempre que necessário, uma informação relevante, oportuna e actual constante no RHW – Folha de Matrícula.

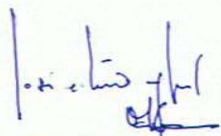
Aprovo

O AGE

Eduardo Manuel de Lima Pinto

TGEN

Autenticação
O Director DJD



José Hermínio Estevão Alves
MGEN

DISTRIBUIÇÃO:

De acordo com o disposto na NEP AGE.004 (DISTRIBUIÇÃO DAS NEP DO AGE).

Entidade responsável DJD	Alteração n.º / data ORIGINAL / Dec08	Classificação RESERVADO
-----------------------------	--	----------------------------